

Revisão orçamentária é adiada

por Marta Salomon
de Brasília

O governo terá que esperar até a segunda semana de setembro, no mínimo, pela votação da revisão orçamentária de 1990 no Congresso Nacional. "O adiamento da votação produz o engessamento da administração pública", avaliou o líder do governo no Senado, José Ignácio Ferreira (PST-ES). O governo, porém, preferiu correr o risco de ter recursos orçamentais bloqueados a ver aprovadas mudanças na Medida Provisória 199, dos salários.

A revisão orçamentária enviada pelo presidente Fernando Collor de Mello aos parlamentares sobre crédito de Cr\$ 2,5 bilhões tem por objetivo cobrir gastos com a manutenção e o funcionamento da administração, seguridade social, investimentos públicos e encargos da dívida interna nos próximos meses. "Muitos órgãos já estão



Nelson Carneiro

sem dinheiro em caixa", disse um assessor do Ministério da Economia.

Os primeiros reflexos do adiamento da votação poderão ser percebidos no próprio Congresso Nacional. "Sem dinheiro, vamos fechar", afirmou o diretor geral da Câmara, Adhemar Sabino. Segundo o diretor, não há mais dinheiro para pagar as contas de luz, água, telefone, nem as empresas fornecedoras de

serviço de limpeza. "Já estamos devendo", calculou. Só pagamento dos funcionários públicos está garantido: o Congresso já havia aprovado a liberação de recursos correspondentes à folha de pessoal do Executivo, Legislativo e Judiciário até o final do ano.

Ao encerrar a sessão de ontem, o presidente do Congresso, Nelson Carneiro, não convocou os parlamentares para novas votações. Até as eleições de outubro, existe a possibilidade de um único "esforço concentrado". Os deputados e senadores foram liberados para a campanha eleitoral enquanto o presidente Collor aguarda o aval do Congresso para liberar recursos. "Por que vou marcar sessão com o risco de não ter quórum?", justificou Carneiro ao deixar o plenário.

Até o governo admite a dificuldade de trazer seus aliados à Brasília nos 40 dias que faltam para as eleições. "O problema é

conseguir sensibilizar os parlamentares", disse José Ignácio Ferreira. "Não haverá desmobilização por parte do governo, quem desmobiliza é o próprio momento, a conjuntura pré-eleitoral", concluiu.

A própria revisão orçamentária poderá atrair os aliados do governo. É que o projeto de revisão a ser votado destina Cr\$ 3 bilhões para o atendimento de emendas de interesse das bases eleitorais dos deputados e senadores. Os partidos de oposição, porém, só admitem votar o projeto depois que o governo concordar em votar mudanças na medida provisória que trata dos salários.

No início do mês, os líderes partidários haviam acertado um último esforço concentrado antes das eleições nos dias 11, 12 e 13 de setembro. Até lá, pelo menos, os parlamentares viverão mais um período de recesso branco, em que não há votações nem desconto de faltas.